

*Even Crusoe needs a Friday.**

os limites dos sentidos da dicotomia *universal/local* nas literaturas africanas

Recebido 20, jul. 2005/Aprovado 20, set. 2005

Inocência Mata

Resumo

Este ensaio pretende discutir a perversa oposição que muitos críticos – sobretudo da crítica jornalística, mas também da crítica “acadêmica” – estabelecem entre local e universal na literatura africana, rotulando como local aquele escritor que traz para a cena literária as urgências da sociedade em que vive. Este pensamento maniqueísta talvez decorra do facto de muita crítica da literatura africana se fazer, ainda, por via de mediações do “centro” que, em rigor, continua a funcionar como “centro metropolitano” e a quem convém a rarefação (ou desvanecimento) do real histórico e a desconsideração da “identidade nacional”.

Considerando um equívoco crítico o estabelecimento de qualquer oposição disjuntiva entre o universal e o local, o texto propõe antes uma articulação conjuntiva de efeito dialéctico em que o solapamento do local gera, pela dinâmica da significação simbólica, o universal. Cabe ao crítico literário, cujo exercício é inseparável das suas opções ideológicas, e também como partícipe de uma memória do sistema literário, iluminar os sinais de uma identidade que se quer inscrita na agenda da literatura universal, nas suas segmentais identidades civilizacionais.

Palavras-chave: universal/local; centro/periferia; (teoria) pós-colonial; cânone; ocidente; “mediações metropolitanas”.

*Afirmção de Ngugi Wa Thiong’o (1997, p. 5): “Production, exchange and consumption involve more hands and head than one: it is a social process. Even Crusoe needs a Friday!”

Este texto continua a reflexão da comunicação apresentada na mesa dedicada a *Dos Impasses – XX*. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE LITERATURA PORTUGUESA, Universidade Federal Fluminense – Niterói, Rio de Janeiro, 23-26 de Agosto de 2005.

As margens

Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem
(Bertold Brecht)

Volto à questão do *universal* e do *local*, noções normalmente vistas como disjuntivas, depois de uma primeira reflexão intitulada “O *universal* e o *local*: uma dicotomia sem suporte”.¹ É que esta é uma questão que me tem sido “imposta” pelas constantes opiniões, na minha perspectiva presunçosas e abusivas, de alguns críticos de jornais com acesso aos meios de comunicação portugueses, um ou outro também escritor com obras publicadas em Portugal, que sistematicamente tendem a desvalorizar certas obras não publicadas em Portugal, mas nos países africanos, a que esses críticos nem sempre têm acesso, porém sobre as quais não se coíbem de falar, para as desqualificar: na maior parte das vezes aprioristicamente. É para discutir os pressupostos que subjazem a estas insinuações de falta de qualidade que esta questão se me vem impondo. E para discutir o sectarismo ideológico da (des)atenção dos meios de comunicação quando o assunto é literatura africanas.

Comecei por me referir a esta problemática a partir de uma reflexão sobre “Os limites da crítica jornalística”;² depois, fui-me apercebendo de que não estava perante atitudes isoladas, mas sim de leituras ditadas por uma determinada visão do estético, como se os critérios do estético fossem universais. Não são: e mesmo um crítico como Harold Bloom acaba por se referir a esta problemática quando deixa entrever que as suas escolhas dos vinte e seis escritores do “cânone ocidental” foram ditadas por três critérios fundamentais: pela sua sublimidade, pela sua representatividade e pela representatividade de “cânones nacionais através de figuras cruciais” (BLOOM, 1997, p. 14).

Mais percebi que as obras mais celebradas eram, *grosso modo*, aquelas que se diziam “sem chão” – enfim, ditas “universalistas” – estabelecendo-se, com tal pensamento, uma perversa oposição entre *local* e *universal* na literatura africana, rotulando como *local* aquele escritor que traz para a cena literária as urgências da sociedade em que vive. Nunca é demais repetir o que já é de todos sabido, mas que relembrei aqui pela voz do queniano Ngugi Wa Thing’o, romancista, dramaturgo e ensaísta, no seu *Writers in Politics: a Re-engagement With Issues of Literature & Society* (1981):

As the collective level literature embodies in word-images the tensions, conflicts and contradictions at the heart of a community’s being and becoming, it reflects, on the aesthetic

¹ Publicada na revista *Ecós - Estudos Linguísticos e Literários da UNEMAT*, Cáceres, n. 1, p. 9-20, jan. 2004.

² Crónica intitulada “Os limites da crítica jornalística”, lida na RDP-África, no dia 12 de Dezembro de 2002, a propósito do programa *Debate Africano* (RDP-África) moderado por David Borges e radiofundido no dia 8 de Dezembro de 2002 e em que Luís Carlos Patraquim, um dos residentes do programa, fez comentários demeritórios a livros que ainda não tinha lido, publicados em Luanda e referidos por Maria Alexandre Dáskalos como um sinal de revitalização da vida cultural angolana. Ver também: MATA, Inocência. Julgando a literatura: boa e má literatura. *África Hoje*, Lisboa, dez. 1998.

plane, a community's wrestling with its environment to make it yield the means of life – food, clothes, shelter [...].

Literature, then, does not belong to ethereal planes and surreal spaces, electing to have nothing to do with the mundanity of economics, politics, race, class, history (THIONG'O, 1997, p. 4).

É por isso que, olhando o lugar sócio-etnocultural e as motivações de alguns fazedores dessa crítica jornalística produtora de constantes avaliações classificativas, de efeito judicativo, diria que são mais defensivas do que apreciativas e advêm da consciência que os seus emissores têm da sua condição de quem, normalmente vivendo há décadas fora do país, não estará (por muito atento que seja) contextualizado na dinâmica sociocultural do país. Assim, julgo que essa crítica, de base ostensivamente eurocêntrica e intenção hierarquizante, que parece obedecer a uma lógica *globalizante*, mas também cumprindo interesses de grupo, decorre do facto de muita crítica da literatura africana se fazer, ainda, por via de mediações do “centro”. Em rigor, este continua a funcionar como “centro metropolitano”, ao qual convém a rarefacção (ou desvanecimento) do real histórico e a desconsideração do factor identitário, divisa da literatura “sem fronteiras”, que propõe a dissolução da diversidade cultural – que é, diz-se, realidade pós-moderna e pós-colonial. E não deixa de ser um paradoxo: num mundo tão globalizado, nunca como hoje as minorias têm reivindicado e sabido negociar tanto os seus direitos: género, orientação sexual, raça, etnicidade, cultura. Não sem razão fala Aijaz Ahmad do “papel contraditório do imperialismo que simultaneamente unifica o mundo, sob a forma de canais globais de circulação, e o distribui em estruturas de coerção e dominação global” (AHMAD, 2002, p. 55).

Se, como assinala Joseph E. Stiglitz em *A Globalização e seus Malefícios* (2002), a globalização reduziu o estado de isolamento de muitos países em desenvolvimento, também proporcionou o acesso a um conhecimento que de outro modo não estaria ao alcance de muitas pessoas nesses países, criando uma consciência de cidadania global que acaba por funcionar como manifestação de antiglobalização. Portanto, o efeito da globalização não é a proliferação de *desindentidades*, nem, pelo contrário, a afirmação de identidades estreitas, porém a reivindicação do direito a identidades que se afirmem como comunidades em diferença, atentas a constantes agenciamentos e negociações resultantes de dinâmicas nacionais e transnacionais (emigrantes, imigrantes e diaspóricas) a que os sujeitos contemporâneos estão sujeitos. Cabe, assim, ao crítico literário, cujo exercício é inseparável das suas opções ideológicas, e também como partícipe e intérprete da memória e dinâmica do sistema

literário, iluminar os sinais das várias identidades, muitas vezes em tensão, que negociam a sua inscrição no sistema nacional e se querem inscritas na agenda da literatura universal nas suas segmentais identidades culturais internas e civilizacionais.

Considerando um equívoco crítico o estabelecimento de uma qualquer oposição disjuntiva entre o *universal* e o *local*, penso ser mais produtiva e justa a proposta de uma articulação conjuntiva de efeito dialéctico em que a ultrapassagem do *local* gera, pela dinâmica da significação cultural e simbólica, o *universal*. Convém lembrar, a quem pensa em tal oposição, o que diz Alfredo Margarido, no seu livro *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*: que “o conhecimento vive de trocas, que superam constantemente as fronteiras das autarcias” (2000, p. 84). E também autarcias literárias, note-se bem: afinal, mesmo Crusoe precisou da ajuda de Sexta-Feira!

Estudiosos latino-americanos – e penso particularmente tanto nos brasileiros Alfredo Bosi, Antonio Candido, Roberto Schwartz ou Silviano Santiago como no peruano Antonio Cornejo Polar, no uruguaio Ángel Rama, no mexicano Mario Valdés ou no argentino Walter Mignolo, entre muitos outros – consideram, nas entrelinhas do seu diverso e variado corpo de reflexões sobre as literaturas e culturas latino-americanas, que o estudo do lugar de cada obra ou estética literária é também uma reflexão sobre o percurso cultural de uma geração ou uma nação. Quer dizer, o adentramento crítico da literatura é também um veículo para o conhecimento da aventura histórica de um grupo, de uma geração, de uma comunidade, de um povo: por exemplo, o trabalho de críticos como Alfredo Margarido, Manuel Ferreira, Mário Pinto de Andrade, Francisco José Tenreiro ou Mário António Fernandes de Oliveira, para além da dimensão seminal do seu olhar sobre literaturas já autónomas, revela também anseios, cumplicidades e desamores de uma geração e as tensões de um tempo ideologicamente não contemporâneo à espaço-temporalidade da realidade literária de que falavam, por exemplo, outros críticos seus contemporâneos como Amândio César ou Rodrigues Júnior. É preciso lembrar sempre, mesmo correndo o risco de repetir o óbvio, que “a literatura é produção social, parte integrante de uma realidade e de uma história nunca neutras” (POLAR, 2000, p. 20). Quem assim falou foi Cornejo Polar e com tal proposição não pretendeu o crítico peruano a *sociologização* do conhecimento da literatura, senão propor um método crítico que pudesse equacionar as mutações estéticas, tanto do ponto de vista de um enfoque sincrónico, vertical, quanto horizontal, portanto histórico. E isso sem pressupor qualquer regra ou preceito apriorístico, do tipo *dever-ser* da imitação aristotélica aplicada à criação literária em sociedades prenhes de todo o tipo de precariedades, tal como são hoje as literaturas africanas.

Esta talvez seja uma das razões pelas quais é mais frequente uma obra mais “realista” provocar mal-estar sócio-político (como o que terá acontecido em Luanda com o romance *A Geração da Utopia*, ou uma pretensa indiferença, como em *Maio, Mês de Maria*, ou os recentes livros de poesia dos poetas E. Bonavena e Adriano Botelho de Vasconcelos, *Os Limites da Luz e Tábuas*, respectivamente) na medida que mais facilmente são convocados, na sua leitura, resquícios de demandas de exclusão e reflexos de uma ortodoxia ideológica, que a literatura não quer empurrar para debaixo do tapete da suposta reconciliação. Sobretudo estas três últimas obras, um romance e dois livros de poesia, que, para além da internalização do olhar (uma dimensão da pós-colonialidade), desvinculou a reconciliação pós-ditatorial da necessidade de esquecimento – embora não da necessidade de perdão –, ao trazerem para a cena literária, mais de vinte anos depois, as dores do pós-27 de Maio de 1977. É como se os escritores dissessem a sua discordância quanto à presunção de que a sociedade se pacifica pelo silenciamento dos horrores, físicos ou psicológicos, e a sua concordância de que a apenas pela *fala* – que se pretende catártica – se criam novas bases de coexistência na sociedade e capacidade para enfrentar os desafios futuros, como num estudo sobre a reconciliação pós-bélica em Timor nos disse Mónica Rafel Simões quando estuda “a agenda perdida da reconstrução pós-bélica” daquele território então (2000-2002) em trágica ebulição.

Se neste contexto recorro amiúde ao exemplo latino-americano é porque a natureza emergente das literaturas latino-americanas aproxima-as das literaturas africanas, por serem literaturas que se constroem a partir de beligerâncias e contendas entre vozes várias e pressões múltiplas – embora exista uma grande diferença de grau entre estes sistemas e os cinco africanos de que me ocupo neste texto. Mas o seu lugar de exemplo de maturidade de reflexão autónoma deve-se ao facto de as literaturas dos países da América Latina possuírem uma crítica endógena já “tradicional” de onde emanam as figurações fundacionais da instituição literária, da tradição literária latino-americana. Este é um trabalho ideológico, como assinala Cornejo Polar, entre tantos outros, citados ou não, autores de uma sólida teorização literária a partir de realidades latino-americanas, bem diferentes, num movimento de luta contra a hegemonia do cânone ocidental, tanto do ponto de vista da criação como da crítica.³ Ao falar do projecto de “reivindicação de autonomia teórica”, Polar afirma que “se não o desenvolvermos nós mesmos, será a crítica mais conservadora que manipulará algumas categorias, como a da pluralidade, para reforçar as interpretações históricas, sociais e culturais que precisamente nos interessa recusar” (2000, p. 51).

³ Note-se, no entanto, que muitos destes críticos são professores em universidades do “centro”, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá.

Parece que é o que está a acontecer com os estudos das literaturas periféricas, como são as literaturas dos países africanos: a manipulação de categorias caras às novas perspetivações teóricas, mas para reforçar os lugares de hegemonia já cativos. Tal é o caso de categorias como “crioulidade”, “pós-colonial”, “hibridismo”, “hibridez”, “mestiçagem”, “identidades sem fronteira” (quando não *desindentidades*)... E, parafraseando Aijaz Ahmad quando fala de desorientações dos estudiosos de elite em instituições indianas (2002, p. 54), eu diria que se trata, também no *nosso* caso, de uma dependência teórica que tem o consentimento de docentes universitários nacionais ou, no caso, *africanistas*, “prodigamente armados de diplomas” que procedem a desorientações desse tipo. É a isso que o teórico indiano chama “mediações metropolitanas”: o juízo do exterior a erigir-se a instância absoluta de legitimação e de construção do cânone. Na verdade, como lembra Ella Shohat (cujas reservas quanto à mais-valia de tropos da teoria pós-colonial partilho, quando euforicamente se celebram as ditas categorias, convém que não se esqueça que “uma celebração de sincretismo e hibridez de per si, se não articulada em conjugação com questões de hegemonia e relações de poder neo-coloniais, corre o risco de parecer santificar o *fait accompli* da violência colonial” (SHOHAT, 1996, p. 320).

Julgo que é este o caso de muitos países africanos, sobretudo os cinco africanos de língua oficial portuguesa que agora tomo como ponto de partida de minhas reflexões. Salvo raras exceções (porventura a da literatura cabo-verdiana, cuja tradição de uma crítica nacional remonta aos princípios do século XX), sabemos todos que a literatura angolana, ou moçambicana, projecta-se ainda em grande parte através da crítica que é feita de fora, sobretudo de Portugal e do Brasil. Ora, como a crítica em qualquer parte – e mais ainda num universo em que as outras instâncias de legitimação (o público, os jornais, as editoras, os prémios e a universidade com os seus elencos curriculares) são tão frágeis –, esta crítica (mormente exógena, já o disse) tem um efeito cumulativo na configuração e estabilização do sistema e na institucionalização literária. Pode ser tão perverso esse processo de institucionalização que não é raro encontrar-se quem considere que as editoras portuguesas apenas publicam os bons escritores – o que é uma enormidade em termos de desqualificação do que é produzido e publicado em África: aqueles que não são publicados na “metrópole”, *é porque não são bons*⁴ Aqui a chancela está a ser erigida a principal instância de legitimação literária. É caso para dizer, com Roberto Schwartz: “*Cuidado com as ideologias alienígenas*”!⁵

Na verdade, em relação ao processo de consolidação dos sistemas literários africanos, nas três décadas que se seguiram

⁴ Dois momentos em que esta ideia foi sugerida e, até, explícita: numa mesa-redonda realizada no dia 7 de Dezembro de 2000 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o alemão “Lonha” interpelou directamente Zeferino Coelho, da Editorial Caminho, sobre a questão; outrossim, no dia 02 de Setembro de 2003, quando do lançamento dos dois volumes de actualização do *Dicionário de Literatura*, de Jacinto Prado Coelho e de *Máximas mínimas*, de Sufit Kitab Akenat (São Paulo, Landy Editora, 2003) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pires Laranjeira, professor da Universidade de Coimbra, começou por expressar a mesma ideia – emendando, em seguida, o caminho face a constatações, reconhecendo, na altura, a perversidade da ideia.

⁵ Título de um texto incluído em *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

à independência política, tal sujeição a critérios editorialistas (ainda) “metropolitanos” denuncia, estou convencida, um retrocesso no processo de construção de uma identidade literária. Um dos propósitos da construção literária da nação passou precisamente pela afirmação da diferença, não apenas de conteúdo, como da forma e da intenção – que condicionava a intencionalidade textual: a literatura como veículo para pensar o país e o Mundo. Por isso, quando há anos um escritor angolano, porventura mais precipitado no jogo social (por razões que aqui não interessam), afirmou que escrevia primeiramente para brasileiros e para portugueses,⁶ tal afirmação incomodou muitas consciências, a minha incluída; porém, com menos emoção e mais distanciamento talvez valesse a pena desvelar as implicações ideológicas da semiose literária de obras de quem assim fala, pois o lugar do receptor, isto é, da comunidade leitora é um dos fundacionais da nacionalidade literária.

Que a instância da recepção é importante na dinâmica do sistema é questão consensual entre filósofos da linguagem e da comunicação literária, como Mikhail Bakhtine, Hans Robert Jauss, Jacques Derrida ou Roland Barthes – todos provenientes de horizontes teóricos diferentes, mas que convergem neste ponto: quem lê “ilumina” quem escreve! Por isso, e mais uma vez, torna-se evidente a perversidade de uma noção como *universal*, que a crítica dita preocupada meramente com o estético, com ênfase para certa crítica de pendor jornalístico, quer colar ao de qualidade – sendo que *universal* acaba por ser, no contexto, rasura do local, do nacional, do cultural: isto é, da representação ou (re-)apresentação dos particularismos culturais e vivenciais de cada (micro)universo e atenção à situação actual desse universo. Tal crítica, certamente adepta do fim das ideologias, discordaria certamente de Bernard Dadié, para quem “*em África, por enquanto, o escritor é um intérprete do povo donde ele vem*” (DADIÉ, 2002, p. 14). Isto remete para uma primeira diferença à La Palisse: a relação entre literatura e sociedade será diferente em África e na Europa.

Decorrente desta visão mutiladora e exclusivista do conceito do estético, que gera a eurocentricidade de *universal* e da relação entre literatura e sociedade, está a ideia que considera ser a incapacidade de a escrita africana se desvincular da realidade, geralmente precária, uma das suas grandes fragilidades, sem ter em conta que a escrita é, também, uma operação ideológica. Daí o facto de, não raro, se fazer coincidir *universal* com rasura de especificidade – como se se pudesse celebrar a universalidade de García Márquez ignorando a sua *colombianidade!* – ou de, frequentemente, se celebrar um poeta como universal pela ausência de “chão” na sua poesia, parecendo ser indiferente que esta seja moçambicana ou austríaca – e alguns co-

⁶ Refiro-me a David Mestre, numa entrevista a José Eduardo Agualusa no jornal *Público* (1997).

mentários que se seguiram à atribuição do Prémio Nobel da Literatura em 2003 a J. M. Coetzee reeditaram esta questão, sobretudo na comparação com a sua compatriota também *nobelizada* Nadine Gordimer...⁷

Ao fazer estas estas reflexões tenho no horizonte a contenção proposta por Machado de Assis, o qual, ao falar de “instinto de nacionalidade”, aconselha ainda que não se estabeleçam “doutrinas absolutas” que empobrecem a literatura. Porém, é preciso não esquecer que o próprio Machado também dizia que “não há dúvida que uma literatura sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se de assuntos que lhe oferece a sua região” (ASSIS, 1955, p. 135). Perseguindo estas considerações, feitas num tempo (século XIX) em que a literatura brasileira já era muito mais “adulta” do que as *nossas* africanas, julgo que hoje, para as “literaturas periféricas”, esta questão põe-se de forma mais premente: e apenas o ensino de outras literaturas, a sua inscrição no mapa das “literaturas consumidas” pode reverter a dimensão eurocêntrica da instituição canónica, enfim, “pode constituir um antídoto à eurocentricidade e à miopia cultural das Humanidades” (AHMAD, 2002, p. 84), tal como hoje se vive nos estudos literários, quer na Europa, quer nos Estados Unidos ou, mais grave, nos próprios espaços periféricos. Mais grave, porque se trata de uma situação de hierarquização consentida que advém da internalização da subalternidade. Nos seus estudos sobre o eurocentrismo, o egípcio Samir Amin considera que, sendo uma das modalidades do culturalismo, o eurocentrismo não é apenas um preconceito dos “ocidentais” em relação aos “outros”, mas também dos “outros” em relação aos “ocidentais”, apresentando-se como “um universalismo, pois propõe a todos a imitação do modelo ocidental como a única saída aos desafios do nosso tempo” (AMIN, 1988, p. 8).

Para além disso, creio que outro factor que julgo explicar tão redutora ideia de universalidade é o facto de, não raro, se fazer coincidir universalidade com difusão (o que tem acontecido cada vez mais nesta era da globalização, em que os valores da mediatização se vêm tornando absolutos). Assim, a liberdade de escolha que, supostamente, seria uma vantagem decorrente do processo de globalização, acaba por ser uma miragem, pois o que não se conhece não existe, tal como acontece, no campo dos estudos literários africanos, com os actuais escritores são-tomenses e guineenses (que sofrem, assim, de uma dupla perifericidade);⁸ por outro lado, o que tem como suporte de divulgação instrumentos mediáticos acaba por se tornar *universal*, ainda que a comunidade a que a obra se reporta (mesmo se ela já não é pensada como receptora) não se identifique com o universo representado nem partilhe os sinais pretensamente

⁷ Atente-se, por exemplo, no seguinte comentário de José Eduardo Agualusa a propósito do escritor sul-africano J. M. Coetzee, Prémio Nobel da Literatura 2003: “Coetzee ultrapassou os interesses dele e da África do Sul. Normalmente, os escritores ocidentais escrevem sobre tudo e os africanos escrevem sobre a sua quinta, África. Coetzee recusou isso: a matéria dele é tudo.” Cf. RATO, Vanessa. Coetzee, o bóer que critica o sistema. *Destaque - Público*, [S.1.], p. 2. 3 out. 2003.

⁸ Cf. MATA, Inocência. A periferia da periferia. *Revista Discursos - Estudos de Língua e Cultura*, Lisboa, n. 10, maio 1995.

conformadores da sua imagem, seja por mediação simbólica, alegórica ou ideológica. Será, por conseguinte, nesta lógica cultural, *universal* um poeta francês porque é mais divulgado do que um angolano e não porque a (in)temporalidade e a significação simbólica da sua poesia sejam mais *transhistóricas* ou mais extensivas em França do que a do angolano em Angola; assim como tem sido mais *universal* um escritor angolano publicado fora das fronteiras angolanas e com mais arranjo mediático do que aqueloutro que fala da situação actual do seu universo, sem celebrar as categorias sagradas da pós-colonialidade e da multiculturalidade global e cuja editora é angolana e, portanto, com menos poder de penetração nos *media* no exterior. Não posso deixar de lembrar de novo Aijaz Ahmad quando ele fala de “fascismos raciais” e de “culturas das burguesias nacionais das chamadas ‘sociedades pós-coloniais’” (2002, p. 11), para concluir que “o nacionalismo não tem uma ideologia pré-determinada e [...] o conteúdo de qualquer nacionalismo é determinado pelos agentes sociais que dele se apoderam e mobilizam seus poderes interpelativos no processo de luta por hegemonia nos campos político e cultural” (2002, p. 12). É ainda este tipo de fascismo cultural que continua a ditar a exclusão de vários *corpora* do cânone literário: literatura oral, por exemplo. Não creio que quem isto reivindica sofra de algum mal da “escola do ressentimento” bloomiana, ao estilo dos “pittorescamente chamados ‘multiculturalistas’” ou de outro qualquer tipo de “activistas literários” (BLOOM, 1997, p. 19), senão somente do mal-estar que lhe advém de uma cultura humanística tão monoliticamente *ocidentalocêntrica*.

É sem activismos literários que constato também que nos meandros da crítica das literaturas africanas há outra perversidade que tende a *naturalizar-se*: a obsessão judicativa. Muito se fala da qualidade literária das obras que vêm sendo – e ainda bem! – publicadas, por exemplo, em Angola! Como se em outros espaços, o português por exemplo, todas as obras publicadas fossem de qualidade! Porém, nem por isso os “críticos-juizes” se perdem em discursos (des)valorativos!

Esse desassombro com que determinados autores da crítica jornalística exercem a *sua* actividade judicativa, legítima enquanto apenas opinativa, em relação a livros que muitas vezes não leram (como já foi acima referido), para além de revelar a arrogância de quem a faz, revela, também, o desconhecimento de uma das distinções básicas dos estudos literários: refiro-me à distinção entre *juízo* e *juízo*, sendo este legítimo enquanto tal (isto é, enquanto apreciação subjectiva, baseada numa relação pessoal – de prazer ou desprazer, ou outro qualquer critério pessoal que a obra provoque), quando não erigido a critério de exclusão do objecto apreciado do *corpus* literário em

causa.. Isto é, não pode essa impressão primeira da relação entre leitor e obra, baseada no gosto pessoal (que não deixa de ter uma base sociocultural) servir de critério para uma sentença desqualificatória do valor literário da obra. Pode, isso sim, servir de base para uma apreciação do tipo *li o livro e não gostei pelas razões x e y*. Eis porque se torna importante o que lembra o escritor sul-africano Lewis Nkosi, segundo o qual, diferentemente do “escritor criativo”, o “escritor crítico” (paráfrase minha) tem de funcionar sem “imunidade diplomática” (NKOSI, 1977, p. 42). Ademais, para além de a literariedade não ser um valor absoluta e exclusivamente intrínseco ao texto, uma obra tem outras funções para além da estética: tais são os casos da obra de Kalungano (moçambicano), de Vasco Cabral (guineense) ou mesmo do António Ferreira (dramaturgo português quinhentista) – pensando estes autores inseridos no seu contexto e na sua contemporaneidade relacional.

Mais sério ainda, no âmbito de tal actividade de desqualificação apriorística, é o facto de se condicionar essas literaturas ao espartilho do cânone literário, tido não como referência, o que seria compreensível e desejável, mas como norma e modelo. É disso que fala J. M. Coetzee numa reflexão sobre a literatura do seu país, reflexão que julgo adaptar-se a outros casos africanos, sobretudo na questão – que não pretendo discutir – que remete inevitavelmente para o conceito de “literatura nacional”:

I'm suspicious of lines of division between a European context and a South African context, because I think our experience remains largely colonial [...]. Our literary products are flown to the metropolitan centre and re-exported to us from there at a vastly increased price. [...] That very fact should give people pause before they start talking about a South African literature (COETZEE, 1978, p. 13)

Do que Coetzee fala é dos condicionalismos de vária ordem das literaturas africanas em línguas originariamente europeias: sendo legitimadas com base numa crítica estrangeira – europeia, mormente da antiga metrópole – essas literaturas pensam-se dentro de um sistema que é legado branco-ocidental e em formas em que têm de ser vazadas quaisquer experiências africanas. Diligência difícil? Não para o nigeriano Chinua Achebe,⁹ porventura, mas que o beninense Noureimi Tidjani Serpos retoma em reflexão alargada à ideologia cultural que expõe da seguinte forma:

quand l'écrivain africain se met à produire, consciemment ou non, il est déjà sommé d'identifier sa pensée dans les formes idéologiques appelées roman, théâtre, etc. Peu importe, semble-t-il, que sa culture ait connu ce genre de différenciations littéraires ou non (SERPOS, 1978, p. 8).

⁹ Cf. ACHEBE, Chinua (1975).

Este é um condicionamento, inconsciente e porventura inevitável, a que está submetido o escritor africano: as referências literárias dos africanos, e não apenas de aqueles que estudaram no período colonial, são, por razões que aqui não cabem, europeias. Isto é, um romance africano pode acabar por ser lido a partir de um horizonte cuja escala de valor releva de outros modelos literários, quase sempre de matriz euro-americana. Porque vivemos ainda uma experiência colonial, moldada em outros parâmetros, a *formação* cultural do africano acaba por resultar quase sempre numa sedimentação eurocêntrica, que propõe o solapamento dos particularismos (vistos como locais) e a aquisição da cultura universal – leia-se euroamericana! A *nossa* cultura literária é, pois, primordialmente, ocidental, situação se porventura inevitável, nem por isso de aceitação incondicional: afinal, “o eurocentrismo é um paradigma que, como todos os paradigmas, funciona espontaneamente, muitas vezes no fluxo das evidências aparentes e do bom senso” (AMIN, 1988, p. 8). Eis porque se torna pertinente o exercício reflexivo que Ngugi Wa Thiong’o faz no já citado *Writers in Politics*: o queniano alia a obediência ao cânone – a que ele chama, no seu ensaio sobre “Literature & Society: the Politics of the Canon”, “a pureza da civilização ocidental” concentrada, no campo literário, em Shakespeare – a outro aspecto: as constantes omissões da história relacionadas com o colonialismo, os momentos de repressão e o neocolonialismo, em debates sobre a constituição da modernidade e da pós-modernidade (THIONG’O, 1997, p. 3).

Porém, a respeito dessa “obediência” outra voz autorizada se levanta para a desnudar: a do português Carlos Reis, numa nota de rodapé – o que revela que essa informação é, para o autor, meramente suplementar, mas que eu elevo a tópico importante para as minhas reflexões:

Não é raro encontrar-se ainda, na comunidade académica portuguesa, uma mal disfarçada resistência contra o reconhecimento do significado próprio das chamadas Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa; fruto, em parte, de reminiscências ideológicas de raiz colonialista, essa resistência funda-se também na leitura de tais literaturas à luz do cânone literário português e europeu, leitura que, desse ponto de vista, é naturalmente desqualificadora (REIS, 1995, p. 77).

As resistências a que se refere Carlos Reis, e que eu prefiro chamar perversidades, sustentam – ou acompanham – essa dinâmica da periferia para o centro, com retorno, gerando um movimento em que os escritores olham para fora para serem reconhecidos, num processo legítimo, se se pensar em cada escritor individualmente, uma vez que as estruturas da instituição literária são ainda rudimentares nos seus países, tanto pela

sua natureza ambígua quanto pela incipiência do seu estatuto como centro irradiador de saber e conhecimento. É que tal impulso para um reconhecimento externo em primeiro lugar é ditado não apenas pela perversa dinâmica da globalização – que tende a funcionar, devido às fragilidades dos espaços periféricos, como imperialismo cultural –, mas também pelo facto de a experiência literária africana continuar a ser “largamente colonial”, para parafrasear Coetzee.

Pode falar-se, então, de um sistema que ainda comporta relações ambíguas, ora de aceitação e assimilação de *lugares* estéticos, ora de rejeição ou de discriminação de seus agentes. A crer na contradição como condição de equilíbrio e dinâmica de um corpo e de qualquer sistema, há algum tempo (década e meia, digamos) que estes tópicos e temáticas começam a enunciar uma problematização dos conflitos e das diferenças nas suas disposições explicativas. Lembro, por exemplo, o facto de alguns escritores africanos – e não preciso de sair de Angola ou de Moçambique – fazerem mais sucesso fora (em Portugal e no Brasil, e daqui para o “mundo”) do que nos seus países. E o que é lícito concluir-se, observando a curva média da linha de recepção (leitores, críticos e estudiosos), é que quanto mais distante é o contexto de recepção em relação ao lugar de gestação textual, maior tem sido, nestes casos, o sucesso do escritor, por via de “mediações metropolitanas” que, em rigor, continua a funcionar como “centro do centro” e a que convém a rarefacção do real histórico, social e cultural. Eis porque Ella Shohat considera, com ironia, que os “conservadores” tanto gostam da “pastoral” expressão “pós-colonial” (1996, p. 321).

São também, por outro lado, disposições criativamente secárias da recepção que começam a despertar em uma certa crítica a necessidade de prestar atenção ao diálogo intrassistémico, para engendrar reflexões sempre em tensão dialéctica com o contexto. Entretanto, a História e os percursos históricos individuais e grupais vão-se tornando explícitos como factor interior e explicativo do Presente e opções dos *presentes*, que, mesmo não se sobrepondo, vão redefinindo o recorte do perfil das identidades literárias africanas, através dos fragmentos das múltiplas e variegadas vivências e experiências de actores, destinadores e destinatários, sejam eles colectivos ou institucionais.

No entanto, esperando que não me tomem por nenhuma “activista literária”, quero deixar claro que, como no universo da escrita literária, não creio ser produtivo para qualquer sistema literário a crítica laborar sob um qualquer esquema normativo, embora os sujeitos da crítica não devam descurar os sinais que vêm da comunidade receptora, pois a crítica não deixa de ser uma actividade ideológica. E é por não ignorar

esses sinais que é preciso lê-los para os explicar. Em todo o caso, esta não deixa de ser uma proposição temerária porque, acreditando que a comunidade receptora é uma instância fundamental para a “atestação” da nacionalidade literária, creio que é de admitir a existência de escritores que vão na contramão da maioria (sociologicamente falando, pensando com Albert Memmi) da sua comunidade. Situação que parece cada vez mais possível em África, observando a número de leitores e o seu grupo sociocultural, aquele, afinal, que possui o poder de compra de livros, ultimamente objecto de luxo. O que acontece é que cada vez mais esse grupo (ou será classe?) se encontra afastado dos designios da maioria e mais próxima dos interesses dos agentes do “poder global”, aqueles que fazem apologia de um estatuto de que só eles podem usufruir – a inexistência de fronteiras identitárias, culturais, geográficas – tornando-se, assim, agentes do imperialismo cultural, pois essa inexistência tem significado a rasura de formas identitárias dos “pós-coloniais” (Ella Shohat).

Não creio que caiba, portanto, ao crítico “determinar” a história por que os textos literários se tecem. E porque “ crítica não ensina a fazer obras de arte, ensina a compreendê-las”, como nos ensina o brasileiro Raul Pompeia (1959, p. 24), ainda no século XIX, caberá, isso sim, ao crítico, duplo do historiador da literatura, rastrear o percurso das diversas identidades representadas nas suas espaço-temporalidades (cultural, social, étnica); julgo que lhe cabe interpretar, por exemplo, os meandros por que as literaturas do pós-independência – com principal enfoque para a narrativa – têm vindo a desestabilizar os *lugares* cativos da identidade erigida a nacional, apelando para a “consciência subjectiva”, individual e até segmental e perseguindo, para tentar fixar, as diversas memórias históricas através de figurações fragmentárias disseminadas nos textos.

Tomando como exemplo a dinâmica da literatura angolana, pode dizer-se que esta tem conseguido conciliar a consciência colectiva (entenda-se: que se pretende como nacional, ainda em construção), com a subjectiva e geracional, étnica e de classe: tais têm sido os casos de escritores como Pepetela, Boaventura Cardoso, Henrique Abranches, Manuel Rui ou ainda o veterano Arnaldo Santos (que se estreou no romance em 1999 com *A Casa Velha das Margens*), não esquecendo os mais novos, Cikakata Mbalundu, Sousa Jamba, Alberto de Oliveira Pinto, Roderick Nehone ou Ismael Mateus – no que se refere ao olhar sobre a História, para a interpretar à luz das questões que hoje o Presente levanta. É que afirmando a diferença de perspectivas sobre o Passado, a partir de diverso lugar cultural e ideológico de onde se olham estas instâncias (lembre-se a ironia do narrador de *A Gloriosa Família!*), as obras dos romancis-

tas supracitados desvelam também identidades diferentes e historicidades particulares, por vezes em contencioso. Estas podem dispersar-se por outras espaço-temporalidades que não faziam parte da nação, por *entrelugares* que mais não são do que identidades segmentais, grupais, conformadas a partir de memórias imaginadas. Neste contexto, vale lembrar que as memórias do passado são imagens construídas, e não reflexo do acontecido e, no caso de imagens evocadas, na maior parte das recorrências ao passado, como as do passado histórico por que se pretende interpretar o presente, a ideologia é o *pivot* desse processo, que muitas vezes até se constrói também de imagens perceptivas, próprias de emoções. A brasileira Leda Martins, cujo discurso poético é contaminado pela sua veia reflexiva e ensaística, di-lo de forma lapidar: "Toda história é sempre/sua invenção/qualquer memória é sempre/um hiato no vazio" ("Solstício").¹⁰

Neste caso de relação entre ficção e história, importa-me, em rigor, enfatizar o confronto de memórias sobre o passado que dinamizam o sistema literário como resultado imagético de um processo de reconstituição e de reinvenção, com uma intenção finalística. Penso que o crítico tem de estar consciente desse processo para não trair, como leitor, o protocolo da ficcionalidade, fundamental para a condição literária e para, de facto, ensinar a compreender a literatura numa sociedade em que a sua dimensão gnoseológica está exponenciada por factores de vária ordem, extrínsecas ao sistema, mas que o condicionam.

Contudo, compreendo que, no contexto dos estudos sobre as literaturas africanas, talvez para evitar terrenos menos viesados, o crítico se sinta mais seduzido para o trabalho de ênfase a territórios da literariedade que constituem a especificidade do literário, mesmo se numa tentativa de equilíbrio entre a função estética e a sociocultural e histórica da literatura. E se, como lembra Cornejo Polar, a crítica tem também um postulado ético, pois seu exercício é inseparável das opções ideológicas de quem a realiza (2000, p. 17), creio que, tal como o escritor, o estudioso de literatura é também partícipe de uma memória do sistema literário, parte do cultural, na medida em que ele acaba por iluminar os sinais identitários e estilísticos que se pretendem parte do sistema global da Literatura, aquele de cuja bissextriz se deveriam extrair os segmentos da categoria do *universal*. E nesse seu papel, não esquecendo nunca que, como diz Bertold Brecht,

As margens

Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem

¹⁰ MARTINS, Leda (1999).

Afinal, o trabalho do crítico deveria ser, também, tentar descobrir o jogo entre o rio e as margens!

Abstract

The purpose of this essay is to discuss the perverse opposition many critics – mainly from journalistic but also from “academic” criticism – set between local and universal in African literature, labeling as local those writers who bring to the literary scene the emergencies of the society they live in. This “maniqueist” thought might occur as a result of the fact that much of the criticism on African literature is still done through mediations from the “center” which, in essence, is still functioning as the “metropolitan center” and to whom pleases the rarefaction (or the fading) of the historic real and the disregard for “national identity.”

On considering as an equivocal criticism the establishment of any opposition between the universal and the local, the text defiantly proposes instead a combined articulation of dialectic effect in which the concealing of the local generates, by the dynamism of its symbolic significance, the universal. It is up to the literary critic, whose exercise is inseparable from his ideological options, and also as a participant of a memory of the literary system, to lighten the signs of an identity to be registered in the agenda of the universal literature through its segmented civilizing identities..

Keywords: Universal/local – center/periphery – postcolonial theory – canon – West – “metropolitan mediations”

Referências

- ACHEBE, Chinua. The african writer and the english language. In: _____. *Morning yet on creation day*. London: Heinemann, 1975.
- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- AMIN, Samir. *L'eurocentrisme: critique d'une idéologie*. Paris: Anthropos-Economica, 1988.
- ASSIS, Machado de. O instinto de nacionalidade (1873). In: _____. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Ed. Jackson, 1955.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.
- COETZEE, J. M. Speaking: J. M. Coetzee. Interview with Stephen Watson (1978). In: WATSON, Stephen. Colonialism in the novels of J.M. Coetzee. *Reserch in Africa Literatures*, Bloomington, p. 370-392, fall 1986.
- DADIÉ, Bernard Bilin. O escritor é um intérprete do seu povo: entrevista a Francisco Noa. *Revista Proler – Literatura, Saber e Lazer*, Maputo, n. 5, set./out. 2002
- MARGARIDO, Alfredo, *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MARTINS, Leda. *Os dias anônimos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999.
- MATA, Inocência. A periferia da periferia. *Revista Discursos – Estudos de Língua e Cultura*, Lisboa, n. 10, maio 1995. Incluído em *Literatura Angola: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar Além–Luanda: Kilombelombe, 2001.
- NKOSI, Lewis. The african critic as a creator of values. In: AAVV. *La critique africaine et son peuple comme producteur de civilisation: COLLOQUE DE YOUNDÉ*, 16-20 avril, 1973. Paris : Présence Africaine, 1977.
- POLAR, Antonio Cornejo. *O condor voa: literatura e cultura na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.
- POMPEIA, Raul. *Boletim – Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, ano II, n. 8, fev. 1959
- REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Coimbra: Livaria Almedina, 1995.
- SCHWARTZ, Roberto. Cuidado com as ideologias alienígenas. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SERPOS, Noureini Tidjani. *Aspects de la critique africaine*. Paris: Éditions, 1978.

SHOHAT, Ella. Notes on the 'Post-Colonial'. In: MONGIA, Padmini (Ed.). *Contemporary postcolonial theory: a reader*. London: Arnold, 1996.

SIMÕES, Mónica Rafael. *A agenda perdida da reconstrução pós-bélica: o caso de Timor Leste*. Lisboa: Quarteto, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. 3. ed. São Paulo: Futura, 2002.

THIONG'O, Ngugi Wa. *Writers in politics: a re-engagement with issues of literature & society*. Oxford: James Currey, 1997.

WATSON, Stephen. Colonialism an the novels of J. M. Coetzee. *Research in African Literatures*, Bloomington, v. 17, n. 3, p. 370-392, fall 1986.